

# Arinos é contra o aproveitamento da atual Carta

BRASÍLIA — O Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, não terá o apoio dos presidentes e relatores de comissões, que foram convocados a uma reunião, hoje à noite, em sua casa, para a idéia de manter parte da atual Constituição como forma de apressar os trabalhos. O Senador Afonso Arinos, Presidente da Comissão de Sistematização, afirma que, na verdade, Ulysses está tentando preservar o sistema presidencialista de governo para ser o próximo Presidente da República.

Ulysses Guimarães propôs que, para agilizar os trabalhos da Constituinte, fosse mantido o que é da tradição do Direito Constitucional brasileiro, ou seja, 50 por cento do atual texto. Afonso Arinos é frontalmente contra essa idéia, assim como quase todos os presidentes e relatores de comissões.

— É uma opinião pessoal do Ulysses, da qual divirjo inteiramente. Ele quer manter o sistema presidencialista. Acredito que a sua candidatura à Presidência da República é muito importante, mas ele poderá ser o Presidente do Conselho de Ministros — comentou Arinos.

Afonso Arinos está terminando de escrever um trabalho ("que vou dedicar ao Ulysses", diz), provando que não há uma tradição presidencialista no Brasil.

— Nós temos uma tradição de violência. Em 100 anos de sistema presidencialista, tivemos mais de 50 governos ilegais, com cinco ou seis dissoluções do Congresso — afirmou o Senador.

A favor de um "parlamentarismo mitigado", ou de um sistema "dualista de poder", onde o Presidente da República seja eleito pelo voto direto, dividindo o poder com o Congresso, Arinos disse que a nova Constituição terá um texto totalmente diferente do atual, provocando uma reação em outros países da América Latina, que terão Constituições semelhantes à brasileira.

Enquanto o Presidente Ulysses Guimarães quer reduzir os prazos, a discussão, ontem, nas subcomissões e plenário era justamente no sentido de dar mais tempo para os trabalhos. O Deputado Jorge Hage (PMDB-BA) apresentou dois projetos de resolução modificando o Regimento Interno nas questões referentes aos prazos e suspendendo o funcionamento



Arinos: Ulysses defende o presidencialismo para suceder a Sarney

do plenário até o término do trabalho das comissões. Ele não vê como manter o prazo de 30 dias para o Relator apresentar o seu trabalho, se esse é o mesmo período destinado à apresentação de propostas. "Quem garante que uma proposta apresentada no trigésimo dia poderá ser levada em consideração pelo Relator?", indaga Hage.

O problema do prazo teve uma solução provisória na Subcomissão do Poder Judiciário e do Ministério Público. "Aqui todos são bacharéis e não foi difícil encontrar uma solução", explicou Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP). Ainda assim, o organograma preparado por Sampaio, que permite à Subcomissão concluir seus trabalhos dentro dos 45 dias previstos, não agradou ao Deputado José Costa (PMDB-AL), pois a rigor deixa apenas seis dias para que ela realize audiências com as entidades representativas da sociedade.

José Costa criticou o Presidente Ulysses Guimarães por querer reduzir prazos e "por emperrar o funcionamento da Constituinte".

— Ulysses já está de posse de um calhamaço de propostas mas ainda não as encaminhou às comissões — disse.

Costa, que é o Relator da Subcomissão, decidiu marcar logo as audiências com entidades relacionadas

com o Judiciário, como a Associação Nacional dos Magistrados, e uma visita ao Supremo Tribunal Federal, que deverá ocorrer ainda esta semana.

A tarde, uma reunião de todos os presidentes e relatores da Comissão de Sistema de Governo e dos Poderes decidiu apoiar a proposta do Deputado Jorge Hage que amplia em 30 dias o prazo dos trabalhos das comissões. Segundo o Senador José Fogaça, Relator da Subcomissão do Poder Executivo, a proposta será levada ao Presidente da Constituinte na reunião de hoje. Fogaça, porém, acha difícil que Ulysses aceite a idéia.

A Comissão de Sistema de Governo decidiu encampar o organograma preparado pelos "bacharéis" da Subcomissão do Poder Judiciário e do Ministério Público. Por esse organograma, os relatores terão prazo até 7 de maio para apresentarem um anteprojeto, e no máximo até o dia 18 a matéria será votada nas subcomissões. A Comissão decidiu ainda reunir todas as tardes os presidentes e relatores das subcomissões, de modo que os assuntos interdependentes sejam analisados.

— A idéia é impedir que idéias divergentes cheguem ao plenário da Comissão, vindas das subcomissões — explicou o Relator, Senador José Fogaça.

## Constituintes em dúvida: por onde começar

BRASÍLIA — O primeiro dia de trabalho das comissões da Assembleia Nacional Constituinte serviu especialmente para materializar a suspeita de que praticamente ninguém sabe por onde começar o debate. Diante disso, relatores e presidentes começaram a solicitar à Mesa da Constituinte as proposições já apresentadas pelos parlamentares e entidades representativas da sociedade civil, que seriam o ponto de partida para os trabalhos.

Os parlamentares estão preferindo iniciar os debates examinando proposições já apresentadas — que estão sendo compiladas pela Mesa — e convocando audiências públicas, previstas no Regimento Interno. Vários presidentes e relatores receberam visitas de representantes de entidades interessadas.

— Já na próxima reunião iremos estabelecer o número de audiências públicas a que cada tema terá direito de convocar — informou o Relator da Subcomissão de Saúde, Seguridade e Meio Ambiente, Deputado Carlos Mosconi (PMDB-MG).

A Mesa da Constituinte, já prevenido das dificuldades no começo dos trabalhos, solicitou ao Centro de Processamento de Dados do Senado a computação das Constituições mais avançadas do mundo e de todos os textos constitucionais brasileiros.

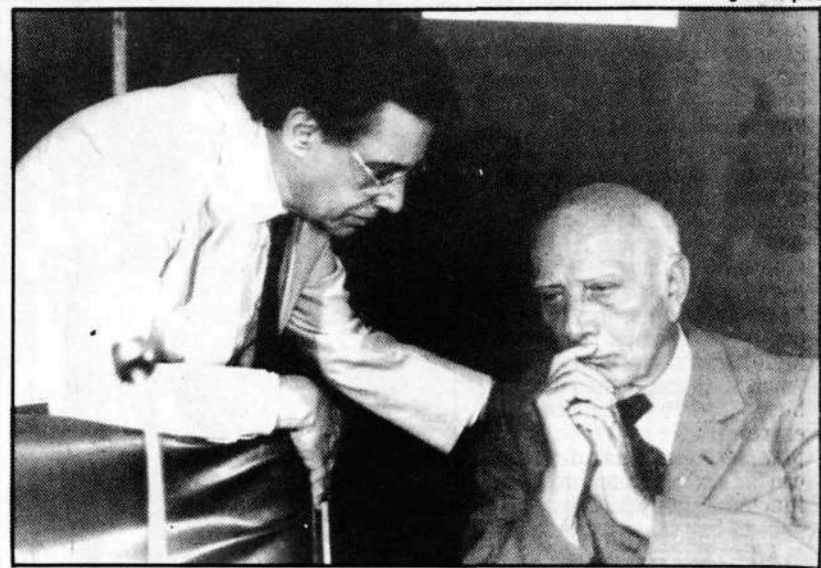
O Relator da Comissão da Família, Educação, Cultura, Esporte, Comunicação e Ciência e Tecnologia, Deputado Artur da Távola (PMDB-RJ), foi dos poucos a traçar um itinerário para orientar os trabalhos: recolher as propostas; levantar o material específico existente na Carta em vigor; verificar a abordagem dos assuntos relativos à sua comissão feita por Constituições recentes — como a portuguesa e a espanhola — e consultar o projeto da Comissão Afonso Arinos.

A utilização do volumoso trabalho da Comissão Arinos, idealizada por Tancredo Neves como ponto de partida dos debates da Constituinte, foi imaginada por outros parlamentares. O Deputado Henrique Córdova (PDS-SC) irrompeu ontem na reunião da Subcomissão do Poder Legislativo para propor a requisição de uma cópia do anteprojeto.

— É uma maneira de começarmos a trabalhar — justificou.

O Relator da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, Senador José Bisol (PMDB-RS), admitiu que poderá utilizar o anteprojeto como fonte de informação, mas não irá dar prioridade ao texto que, em sua opinião, tem o mesmo valor das demais propostas constitucionais.

A primeira audiência pública foi convocada pela Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, que convidou os juristas Raymundo Faoro e Fábio Comparato para se apresentarem na próxima reunião das Subcomissões dos Direitos Políticos, Coletivos e Garantias e dos Direitos e Garantias Individuais, dia 14.



Fernando Henrique Cardoso convence Ulysses Guimarães a adiar eleição

## Adiamento de eleição para Relator divide constituintes

BRASÍLIA — O adiamento da eleição do Relator da Comissão de Sistematização — seria ontem, mas será realizada hoje, a pedido do Senador Fernando Henrique Cardoso — prejudicou os trabalhos de quase todas as demais comissões e subcomissões da Constituinte. Fernando Henrique alegou que só ficou sabendo na segunda-feira que a escolha será feita pela bancada do PMDB.

Em reunião de quase duas horas, ontem de manhã, com o Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, e o Líder do PMDB, Mário Covas, os Deputados Bernardo Cabral e Pimenta da Veiga, embora relutantes, acabaram aceitando os apelos do Senador, que estava na Paraíba quando Covas decidiu consultar a bancada.

— Houve uma mudança nas regras do jogo. Acho até bom, mas os outros candidatos já estavam em campanha e eu preciso de tempo para conversar e avaliar qual é a minha situação — disse Fernando Henrique, negando ter renunciado à disputa.

Constituintes ligados a ele viram o adiamento como uma forma de evi-

tar a derrota que se configurava na reunião de ontem da bancada. Foram informados de que vários integrantes de bancadas estaduais entregaram documentos de apoio a Bernardo Cabral e que a situação de Pimenta da Veiga também era bem melhor do que a do Senador paulista.

O mais insatisfeito era Pimenta, que confessou não ter tido "jeito" de negar o pedido de Fernando Henrique durante a reunião.

— Foi uma pena. Hoje estava bom e amanhã é preciso colocar todo o pessoal aqui de novo — disse Pimenta a seus companheiros.

Ulysses Guimarães disse ter participado da reunião como Presidente da Constituinte e que o adiamento não prejudicará os trabalhos, já que a Comissão de Sistematização só se reunirá quando receber propostas de outras comissões. Admitiu intervir para tentar um acordo:

— Se quiserem disputar, é um direito deles, é da prática democrática, mas pode haver acordo até a última hora.

## PFL rompe um acordo e gera mais uma crise

BRASÍLIA — O PFL rompeu ontem o acordo interpartidário firmado entre as lideranças para o preenchimento dos cargos na subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição de Receitas, gerando uma nova crise na Constituinte. Com o rompimento, o PDS perdeu o cargo de Presidente da subcomissão, que foi ocupado pelo "liberal" Benito Gama, da Bahia, que encabeçou a chapa alternativa articulada pela representação nordestina do PFL. A chapa independente venceu por apenas um voto à do entendimento, que tinha à frente o constituinte Carlos Virgílio (PDS-CE).

O Líder do PDS, Deputado Amaral Netto, disse que o PFL traiu o acordo de liderança e abriu um perigo precedente na Constituinte:

— Se não houver uma solução reparadora para o PDS, vou orientar os dois Presidentes de comissões do partido (Jarbas Passarinho e Delfim Netto) para que destituam os Relatores indicados pelo PMDB.

Desde a noite de terça-feira já havia entre os líderes dos partidos uma preocupação pela dificuldade de definição desta subcomissão. Amaral Netto comunicou ao líder do PMDB, Mário Covas, que estava havendo uma articulação entre os nordestinos do PFL no sentido de descumprir o acordo:

— Eu avisei ao Covas sobre o risco do golpe. Ele não quis me ouvir. Agora o PDS não se sente mais obrigado com coisa alguma. A partir de agora, vai ser a lei do cão.

## Gasparian quer o fim do regime da carta-patente

BRASÍLIA — O Deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), eleito ontem Relator da Subcomissão do Sistema Financeiro, está convencido de que a Constituinte vai votar grandes modificações para os bancos: se não a estatização, outra fórmula que possa terminar com a especulação sobre a taxa de juros e com o regime de cartas-patentes.

Gasparian disse que a estatização é um recurso para ser utilizado se os bancos, ao invés de ajudarem o desenvolvimento, passarem a emperrá-lo. Isto ocorre com as taxas de juros cobradas hoje e que ameaçam de falência os empresários que atenderam aos apelos do Governo para investir. Ele cita como exemplo o caso da França, onde os bancos foram estatizados.

Como alternativa à estatização, estaria a adoção de um sistema semelhante ao americano, no qual há liberdade para a constituição de bancos, salvo exigências sobre a idoneidade dos donos e de garantias para os pequenos depositantes em caso de quebra da instituição.

Gasparian acredita que a concorrência livre, com o fim do sistema de concessão de cartas-patentes pelo Governo, garantirá uma taxa de juros realista e compatível com o financiamento do desenvolvimento econômico do País. Indispensável, segundo o Relator, é acabar com a distorção que faz com que os bancos cobrem taxas de juros superiores às exigidas pelos agiotas.

## Ulysses nega ao PC do B pedido de transferência

BRASÍLIA — O Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, já decidiu negar ao PC do B a questão de ordem que pretendia transferir a discussão sobre o papel constitucional das Forças Armadas para a Comissão de Organização dos Poderes, tirando essa atribuição da Comissão da Organização Eleitoral e Garantia das Instituições, presidida pelo Senador e Coronel da reserva Jarbas Passarinho.

A questão de ordem, levantada pelo Deputado Haroldo Lima, sustenta que houve uma manobra destinada a colocar o assunto em debate na Comissão da Organização Eleitoral e Garantia das Instituições, cuja composição é, também segundo o PC do B, propositalmente "conservadora".

Haroldo Lima cita, além de Passarinho, o Relator da Comissão, Deputado Prisco Viana (ex-PDS) como nomes escolhidos para manter o "status quo".

Na comissão, a matéria ficará a cargo da subcomissão de Defesa do Estado, cujo Relator é o Deputado Ricardo Fiúza, ex-andreazista e ex-malufista e definido pelo PC do B como "ultra-conservador".

Para o partido, o assunto é de competência da Subcomissão do Poder Executivo, pertencente à Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo, cujo Relator é o Senador José Fogaça (PMDB-RS). Agora, segundo os membros do PC do B, Ulysses Guimarães teria que tomar uma atitude "mais objetiva".